

MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA AMAZÔNIA E A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA NO AMAPÁ

DEVELOPMENT MODELS IN THE AMAZON AND THE ISSUE OF OIL
EXPLORATION IN AMAPÁ

Ciências Sociais Aplicadas • 18/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/773886970](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/773886970)

José Alberto Tostes¹

André Monteiro da Silva²

Wender Carlos Nunes Maciel³

RESUMO

Este artigo analisa as concepções de desenvolvimento relacionadas à exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, com foco nas implicações socioambientais e nas vozes das comunidades locais, especialmente indígenas e pescadores. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, utiliza uma abordagem metodológica que inclui análise de conteúdo de relatos de atores políticos e sociais locais. Os resultados indicam que, embora haja um discurso predominante que associa a exploração de petróleo ao desenvolvimento econômico, as preocupações das comunidades locais são frequentemente marginalizadas. As narrativas coletadas revelam uma intersecção de preocupações ambientais, sociais e de gênero, destacando os riscos à saúde, à cultura e ao meio ambiente, além da necessidade de um diálogo mais inclusivo nas decisões políticas. O estudo conclui que a construção de um modelo de desenvolvimento que beneficie efetivamente a população local requer uma reavaliação das prioridades políticas e um compromisso genuíno com a sustentabilidade e a justiça social, evidenciando a complexidade das relações de poder e a importância da participação local nas políticas de exploração de recursos naturais na foz do rio Amazonas.

Palavras-chave: Exploração Petrolífera; Amapá; Desenvolvimento hegemônico; Perspectivas sociais.

ABSTRACT

This article analyzes the development concepts related to oil exploration in the Amazon River Delta, focusing on the socio-environmental implications and the voices of local communities, especially indigenous peoples and fishermen. The research, of a qualitative and exploratory nature, employs a methodological approach that includes content analysis of official documents and

narratives from social actors. The results indicate that, although there is a predominant discourse linking oil exploration to economic development, the concerns of local communities are often marginalized. The collected narratives reveal an intersection of environmental, social, and gender concerns, highlighting risks to health, culture, and the environment, as well as the need for a more inclusive dialogue in political decisions. The study concludes that building a development model that effectively benefits the local population requires a reassessment of political priorities and a genuine commitment to sustainability and social justice, emphasizing the complexity of power relations and the importance of local participation in natural resource exploration policies in the Amazon River Delta.

Keywords: Oil Exploration; Amapá; Hegemonic Development; Social Perspectives.

1. INTRODUÇÃO

Desde a Colonização, a Amazônia tem sido inserida nos cenários nacional e internacional através de políticas, planos e projetos de domínio e exploração de seus territórios, riquezas naturais e populações humanas. Acompanhando as ações de grupos políticos e econômicos dominantes, está o discurso de “tirar a Amazônia do mundo selvagem” para o civilizado”, defendendo sua inserção nas estruturas e dinâmicas das sociedades modernas através da lógica da produção e do consumo capitalista.

A concepção desenvolvimentista vem sendo observada de forma sistemática no Amapá desde a década de 1940, com o projeto ICOMI, considerado o maior empreendimento econômico até então implantado na Amazônia. A partir daí, outros grandes projetos

econômicos vem sendo carregados do discurso e da visão do desenvolvimento do Amapá, como o mais recentemente ligado à exploração petrolífera na Bacia da Foz do Amazonas.

Desde 2013, a costa do Amapá vem sendo objeto de estudos técnicos devido ao grande potencial de reservas de petróleo. A área de exploração fica próxima de ecossistemas naturais, como os manguezais e o recentemente descrito Grande Sistema de Recifes do Amazonas. Esses ecossistemas são essenciais para a reprodução e o sustento da biodiversidade costeira e marinha, bem como das comunidades humanas locais, como as indígenas, ribeirinhas e de pescadores (ICMBio, 2018).

Assim, estudos técnicos apontam que os territórios no entorno sofreriam maior impacto socioambiental com a exploração do petróleo, com repercussões na agricultura, pecuária bubalina, pesca e extrativismo. O IBAMA negou em 2018 o início da exploração por identificar insuficiências de dados no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), tendo a Petrobrás recorrido da decisão. Porém, o órgão manteve a decisão em 2023 por não atendimento a requisitos, sobretudo, socioambientais.

Com a decisão de 2023, atores políticos, econômicos e sociais em âmbito local, estadual e nacional tem se posicionados, polarizando o debate entre os que defendem a exploração econômica a todo custo e o suposto desenvolvimento do Amapá, e os que defendem a efetiva participação das populações locais na gestão socioambiental dos territórios e bens naturais envolvidos, especialmente no município de Oiapoque.

A questão que orienta este estudo é: quais concepções de desenvolvimento estão relacionadas à exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, no Amapá? O objetivo é analisar as perspectivas de desenvolvimento associadas à exploração de petróleo, com base na existência de um modelo de desenvolvimento hegemônico que historicamente impacta territórios e comunidades locais, bem como nas manifestações de atores políticos e sociais locais acerca dos impactos econômico, sociais e ambientais dessa exploração.

Nesse sentido, o artigo está organizado na seguinte sequência de cinco tópicos. O primeiro tópico é esta, a Introdução, que contextualiza a temática da pesquisa e seus objetivos. O segundo tópico, aborda Concepções de Desenvolvimento e os Impactos Econômicos e Socioambientais na Amazônia, é subdividido em duas seções: a primeira, discorre sobre Modelo de Desenvolvimento Hegemônico e os Potenciais Impactos da Exploração Petrolífera, e a segunda, demonstra outros Modelos de Desenvolvimento Alternativos e os Modos de Vida das Comunidades Amazônicas.

Em seguida, o terceiro tópico apresenta a Metodologia utilizada na pesquisa. O quarto tópico discute O Debate em Torno dos Modelos de Desenvolvimento e a Questão da Exploração Petrolífera no Amapá, subdividido em três seções: a Manifestação de Atores Políticos, depois Manifestação de Atores Sociais, que por sua vez se divide nas percepções de pescadores, povos indígenas e moradores locais. Por fim, o quinto tópico contém as Considerações finais sobre o estudo, seguidas pelas Referências que embasaram a pesquisa.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA

Modelo de Desenvolvimento Hegemônico e os Potenciais Impactos da Exploração Petrolífera

O modelo de desenvolvimento hegemônico, fundamentado na noção de progresso surgida nas sociedades europeias, é marcado pela maximização do lucro, urbanização e industrialização. Após a Segunda Guerra Mundial, a noção de progresso é “atualizada” pela de desenvolvimento (Amaro, 2017), passando a orientar as políticas desenvolvimentistas neoliberais. Tais políticas são marcadas pela busca do crescimento econômico em larga escala e aumento do Produto Interno Bruto (PIB), através de empreendimentos grandiosos, predomínio das multinacionais, abertura e ampliação do mercado interno, aumento da produtividade e massificação do consumo.

Nesse cenário, os territórios e as populações das zonas de fronteira capitalista, como a Amazônia, passam a adquirir novas configurações nos processos de expansão e acumulação de capital. Esses espaços se transformam em meras reservas de recursos naturais e humanos estratégicos, integrados à lógica de domínio e expansão dos centros do capitalismo global, estabelecendo relações marcadas por desigualdades e grandes impactos econômicos, políticos, ambientais e sociais globais e locais (Becker, 1991; Gerhardt, 2014).

Nesse sentido, a indústria do petróleo é um caso exemplar. A estrutura e dinâmica produtiva do petróleo são controladas por poucas corporações multinacionais, que investem alguns bilhões e faturam trilhões de dólares no empreendimento. As influências deste segmento são multidimensionais, globais e locais, abrangendo a economia, política, sociedade, meio ambiente e

cultura, impactando sociedades e ecossistemas naturais em todo o planeta.

No âmbito econômico, a volatilidade dos preços do petróleo afeta diretamente o preço dos combustíveis, que impacta setores como o transporte e a indústria. Quando o preço sobe, esses aumentos são repassados ao consumidor através da inflação, que reduz o poder de compra e aumenta o custo de vida. Ao contrário, uma queda nos preços pode causar uma crise nos países produtores, levando a dificuldades fiscais e desemprego em economias dependentes do petróleo (Kakanov et al., 2018).

Na esfera política, o petróleo é um recurso estratégico, tendo impactos na política local e global. As estratégias de “lobby” tem influenciado políticas energéticas, ambientais e tributárias (BBC News, 2023) para evitar restrições ao uso de combustíveis fósseis, barrar investimentos estruturais e massivos em energias renováveis (InfluenceMap, 2024), financiar campanhas de desinformação sobre mudanças climáticas (Supran *et al.*, 2023; Supran e Oreskes, 2020) e cooptar políticos e governos locais (Falola, 2021). Além disso, países e organizações que produzem e controlam o petróleo, como os EUA e a OPEP, utilizam suas reservas como ferramenta de poder na política externa, regulando a oferta e os preços.

As atividades petrolíferas causam também diversos impactos socioambientais. Pesquisas apontam que 40.000 campos de petróleo tem o potencial de afetar mais de 600 milhões de pessoas que vivem nas proximidades (Johnston *et al.*, 2021). Ademais, o petróleo bruto e os resíduos tóxicos de sua cadeia produtiva e de consumo, como benzeno e tolueno, podem contaminar solos, ar, rios, oceanos, lençóis freáticos e seres vivos, afetando o equilíbrio

ambiental e a saúde dos seres vivos, como no caso do Delta do Níger, na Nigéria (BBC News, 2017; Nkem *et al.* 2022; Nosdra, 2023).

Figura 1: A Margem Equatorial Brasileira com potencial de exploração de petróleo.



Fonte: Petrobrás (2024).

A indústria de combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão) também desempenha um papel importante nas mudanças climáticas antropogênicas, sendo a principal fonte de gases de efeito estufa (GEE), especialmente dióxido de carbono (CO₂) e metano (CH₄) (Frumhoff *et al.*, 2017). Segundo o 6º Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) (2023), os combustíveis fósseis respondem por mais de 80% da energia mundial, mais de 75% das emissões globais de gases de efeito estufa e quase 90% das emissões de dióxido de carbono.

Na Amazônia brasileira, a exploração de petróleo insere-se no contexto da implantação de grandes projetos econômicos, impulsionada pela "onda desenvolvimentista" dos anos 1960. O início

dessa atividade na região remonta às décadas de 1950 e 1960, quando foram realizadas as primeiras prospecções geológicas na bacia sedimentar do Amazonas. Desde daí, o Estado, articulado com empresas multinacionais e nacionais, vem implementando políticas de controle de terras, exploração de recursos naturais e construção de infraestrutura, visando integrar a região ao mercado global (Cardoso e Müller, 2008).

Nesse contexto, a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas é defendida como um projeto estratégico de interesse nacional, colocando o Brasil em uma posição de maior influência no mercado global de energia derivada de combustíveis fósseis⁵. A Bacia do Amazonas é uma das principais áreas de interesse para a exploração petrolífera na Margem Equatorial brasileira, que se estende do Rio Grande do Norte ao Amapá (Figura 1).

Estudo da Empresa de Pesquisa Energética (EPE, 2024), vinculada ao Ministério de Minas e Energia, estima que somente a parte noroeste da Bacia da Foz do Amazonas possui 17,7 bilhões de barris de óleo equivalente *in pace*, dos quais cerca de 6,2 bilhões seriam recuperáveis. Considerando que as reservas provadas de petróleo do Brasil somavam 15,9 bilhões de barris em 2023 (ANP, 2023), a incorporação desses 6,2 bilhões de barris representariam um aumento de cerca de 39% nas reservas nacionais. Dessa forma, a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas representa uma expansão significativa das atividades econômicas para a "Amazônia Azul" - termo que designa a zona econômica exclusiva marítima do Brasil, rica em biodiversidade e recursos naturais. Após décadas de megaprojetos e impactos socioeconômicos e ambientais da exploração em solos e florestas amazônicas, a

fronteira capitalista alcança as maiores redes marinhas geodiversas e biodiversas da Terra.

Pesquisas apontam para a existência de um extenso ecossistema de recifes conhecido como Grande Recife da Amazônia (GARS), localizado entre o Brasil e o Caribe, cobrindo potencialmente uma área de 56.000 km (Siegle *et al.*, 2022). Imagens evidenciam que o ambiente abrange uma diversidade enorme de habitats e espécies de seres vivos, formando o que alguns pesquisadores acreditam ser um dos maiores corredores de biodiversidade do planeta (Araújo, *et al.*, 2017; De Mahiques *et al.*, 2019) (Figura 2).

Diante desse cenário e considerando o histórico de impactos socioambientais na região, estudos técnicos e científicos consideram que explorar economicamente a Bacia da Foz do Amazonas pode gerar impactos extensos e profundos sobre os ecossistemas e a biodiversidade, bem como sobre os territórios e comunidades indígenas, quilombolas e tradicionais que vivem na região. Em 2018, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) se manifestou contra a licença ambiental pleiteada por uma empresa petrolífera privada, reconhecendo que (Ibama, 2018):

(...) são notórias as dificuldades encontradas pela empresa para solucionar questões técnicas para a realização da perfuração, em especial aquelas ligadas a apresentar um Plano de Emergência Individual que seja exequível e compatível com a extrema sensibilidade ambiental da região. Sensibilidade esta já identificada, mas também potencial, visto que a área ainda apresenta lacunas científicas expressivas, em especial em relação ao chamado Sistema Recifal da Foz do Amazonas. Em um cenário de produção, as preocupações seriam ainda maiores, uma vez que os impactos previstos são também mais significativos. Desta forma, se a empresa, após cinco versões do EIA, ainda tem dificuldades de apresentar um projeto satisfatoriamente seguro para operar uma perfuração exploratória nestes blocos, desperta dúvida se, caso superada esta etapa, a mesma seria capaz de desenvolver um projeto de produção e escoamento comparável com as características ambientais da Bacia da Foz do Amazonas.

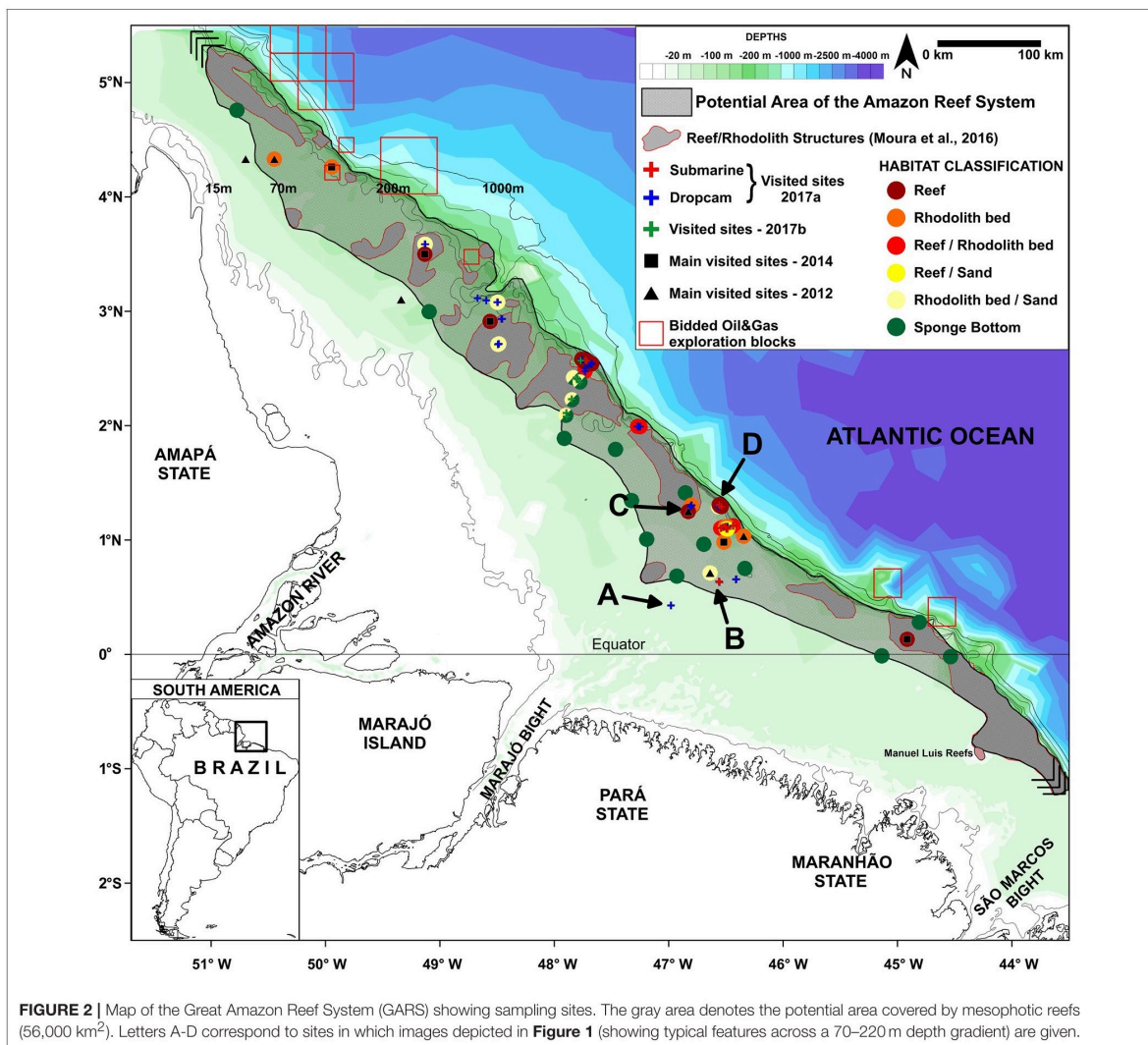
Em abril de 2023, dezenas de organizações da sociedade civil, incluindo ONGs, entidades ambientais e associações indígenas e de comunidades tradicionais, manifestaram ao governo federal que não fosse concedida a licença para Petrobras explorar petróleo na bacia sedimentar da Foz do Amazonas. Em nota técnica, destacaram a ausência de uma Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) em nível regional, que considere os impactos cumulativos dos blocos a serem explorados:

A floresta amazônica, a foz do rio Amazonas e o oceano atlântico nesta faixa equatorial, não são apenas uma parte vital da biodiversidade do nosso planeta, mas também uma fonte essencial para a vida de milhões de pessoas direta e indiretamente. (...) Os impactos dessa atividade e um eventual derramamento de óleo podem ocasionar danos imensuráveis para o meio ambiente e para a população.

Posteriormente, em maio de 2023, o IBAMA (2023) negou o licenciamento ambiental pela segunda vez, agora para a Petrobras. Essa decisão baseou-se em análises técnicas que apontaram insuficiências nos estudos apresentados pela Petrobras, especialmente no que tange aos planos de contingência para possíveis vazamentos de óleo e aos impactos sobre a biodiversidade marinha da região. O despacho do IBAMA aponta as “inconsistências preocupantes para a operação segura em nova fronteira exploratória de alta vulnerabilidade socioambiental”.

Com base em dados de uma avaliação realizada pela equipe técnica tornada pública em janeiro de 2024, mas elaborada em abril de 2022, o IBAMA sustenta que a atividade petrolífera possui impacto ambiental máximo (0,5%, em escala de 0 a 0,5%), apontando 18 potenciais impactos negativos. Os principais componentes do indicador são: biodiversidade, magnitude dos impactos, persistências dos impactos e comprometimento de área prioritária.

Figura 2: Mapa do Grande Sistema de Recifes da Amazônia (GARS) (área cinza).



Fonte: Siegle *et al.*, 2022.

Em outubro de 2024, um grupo de 26 analistas ambientais do IBAMA emitiu um parecer técnico reiterando a recomendação de indeferir e arquivar o pedido de licença da Petrobras para realizar perfurações em um bloco de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas. Apesar disso, a presidência do órgão decidiu dar continuidade à análise, solicitando à empresa informações complementares. O presidente da República sinalizou que a exploração na Foz do Amazonas é um projeto de interesse nacional.

As controvérsias em torno da exploração de petróleo nessa região evidencia os impactos dos grandes projetos na Amazônia, em “um jogo de poder desigual, conflitos de territorialidades e transformações socioambientais específicas daquilo que Polanyi (2000) chamou de A Grande Transformação” (Farias e Monte, 2023, p. 15). Os danos, riscos e ameaças são profundos e complexos, abrangendo florestas, biodiversidade, sistemas hídricos, clima, ecossistemas e comunidades humanas (Acselrad, 2004).

A experiência de outros países amazônicos, como Equador e Peru, demonstra que a exploração petrolífera pode levar à degradação ambiental e a conflitos sociais. No Equador, a exploração na bacia do Rio Napo causou graves danos às terras habitadas por povos indígenas, resultando em longas disputas judiciais contra grandes empresas petrolíferas (Killeen, 2024). Situações semelhantes foram documentadas no Peru, onde houve 474 derramamentos de óleo na região Norte do país, entre 2000 e 2019 (Barber, 2024).

Outro fator relevante é a fragmentação florestal causada pela construção de infraestrutura para exploração petrolífera. A abertura de estradas para transporte de equipamentos e petróleo cria corredores que fragmentam os habitats. Fearnside (2020) aponta que a infraestrutura associada à exploração de petróleo na Amazônia brasileira contribui para a intensificação do desmatamento em áreas previamente intactas, ampliando os impactos sobre a fauna e a flora da região.

A exploração petrolífera na Amazônia enfrenta também desafios relacionados à governança e ao cumprimento de normativas ambientais. Em muitos casos, a falta de uma legislação e fiscalização eficientes permitem que empresas atuem de forma irregular. No

Brasil, por exemplo, relatos apontam para a falta de fiscalização em áreas remotas, onde o controle sobre os impactos ambientais das atividades petrolíferas é quase inexistente (Aroutiounian, 2024). No Equador, embora existam regulamentações ambientais, a falta de transparência nos contratos com empresas estrangeiras dificulta o monitoramento adequado das operações (Killeen, 2024).

Portanto, o caso da exploração de petróleo na Amazônia ilustra como, ao priorizar a acumulação de capital e a expansão dos mercados globais, o modelo de desenvolvimento hegemônico causa impactos ambientais, desestabiliza formas sustentáveis de vidas, fomenta e amplia desigualdades socioeconômicas e estabelece formas predatórias de organização econômica e social. Portanto, faz-se necessário refletir sobre modelos alternativos de desenvolvimento, e como vem sendo construídos e implementados por comunidades nativas na região.

Modelos de Desenvolvimentos Alternativos e os Modos de Vidas de Comunidades Amazônicas

Os impactos do modelo de desenvolvimento hegemônico sobre os povos e comunidades tradicionais suscitaram reflexões e proposições diversas nos campos teórico, social e político. Desde a década de 1970, vem sendo debatida a construção de propostas alternativas de desenvolvimento que busquem integrar e equilibrar os sistemas naturais e humanos, incluindo outras dimensões, como a histórica, social, cultural e comunitária, bem como valores como a diversidade e sustentabilidade (Amaro, 2017; Leff, 2014; Meneses, Santos, 2012; Morin, 2000).

Amaro (2017) aponta como propostas de desenvolvimento alternativo, o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento comunitário, desenvolvimento participativo, desenvolvimento humano, desenvolvimento social e desenvolvimento integrado. Segundo esse autor, essas concepções fazem parte de um campo teórico e social que abrange diferentes contextos, sujeitos, ideias, políticas, pedagogias e práticas, revelando convergências e antagonismos. Em síntese, essas propostas se baseiam nos pressupostos do quadro 1.

Ademais, formas alternativas de desenvolvimento tem se baseado em valores e experiências de povos originários e tradicionais do Sul Global, como a busca da “boa vida” e do bem-estar das comunidades locais (“buen vivir”) (Amaro, 2017; Leff, 2014; Meneses, Santos, 2012). Essas abordagens se fundamentam em uma visão multidimensional e sustentável da vida, defendendo como direitos fundamentais os territórios, as culturas, os modos de vida, as organizações econômicas, os sistemas de governança e o direito ao consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

Quadro 1: Comparativo dos Conceitos de Desenvolvimento Alternativos.

Conceito	Contexto	Ideais-Chaves	Aplicações
Desenvolvimento Sustentável	Resposta à crise ambiental das décadas de 1970 e 1980	Equilíbrio entre economia, meio ambiente e sociedade	Legislação ambiental, políticas de responsabilidade socioambiental, energias renováveis

Desenvolvimento Local	Alternativa ao desenvolvimento centralizado, valorizando recursos locais	Fortalecimento da autonomia e cultura local	Políticas de descentralização, criação de empregos locais, microfinanciamentos
Desenvolvimento Participativo	Foco em processos democráticos e inclusão social nas décadas de 1980 e 1990	Participação ativa, inclusão e empoderamento comunitário	Planejamento participativo, orçamentos participativos, projetos de inclusão social
Desenvolvimento Humano	Desenvolvido pelo PNUD na década de 1990	Expansão das capacidades individuais e bem-estar	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), programas de educação e saúde, combate à pobreza
Desenvolvimento Social	Surge em resposta às desigualdades e marginalização social	Equidade, justiça social e acesso a direitos básicos	Políticas de redistribuição de renda, programas de bem-estar social, proteção de direitos humanos
Desenvolvimento Integrado	Visão holística que integra múltiplos aspectos da vida social e ambiental	Segurança econômica, coesão social e valorização ambiental	Projetos intersetoriais, cooperação entre governos e ONGs para um desenvolvimento abrangente

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Amaro (2017).

Nesse sentido, pesquisas sobre modelos alternativos ressaltam o direito dos povos e comunidades locais na criação e execução de políticas e projetos que realmente atendam as demandas e

necessidades locais. Trata-se do resgate de saberes e experiências que fazem parte de um patrimônio histórico, cultural e ambiental construído ao longo de séculos e até milênios, mas invisibilizado, marginalizado e excluído no contexto hegemônico. Assim, outros modos de vidas são reconhecidos em seus protagonismos histórico-sociais e político-institucionais, como o que vem ocorrendo na Amazônia.

Na Amazônia, os povos originários e tradicionais construíram e mantêm formas de organização social, econômicas, sociais, políticas e culturais sustentáveis a milhares de anos. Neves (2013) aponta que é plausível que a ocupação na região tenha se iniciado há 11.200 anos, tendo sido habitada por 8 a 10 milhões de pessoas antes de 1.500 d.C. Esses povos construíram comunidades de vidas singulares, desempenhando um papel vital no desenvolvimento da floresta e da biodiversidade deste bioma (Schmidt, 2023).

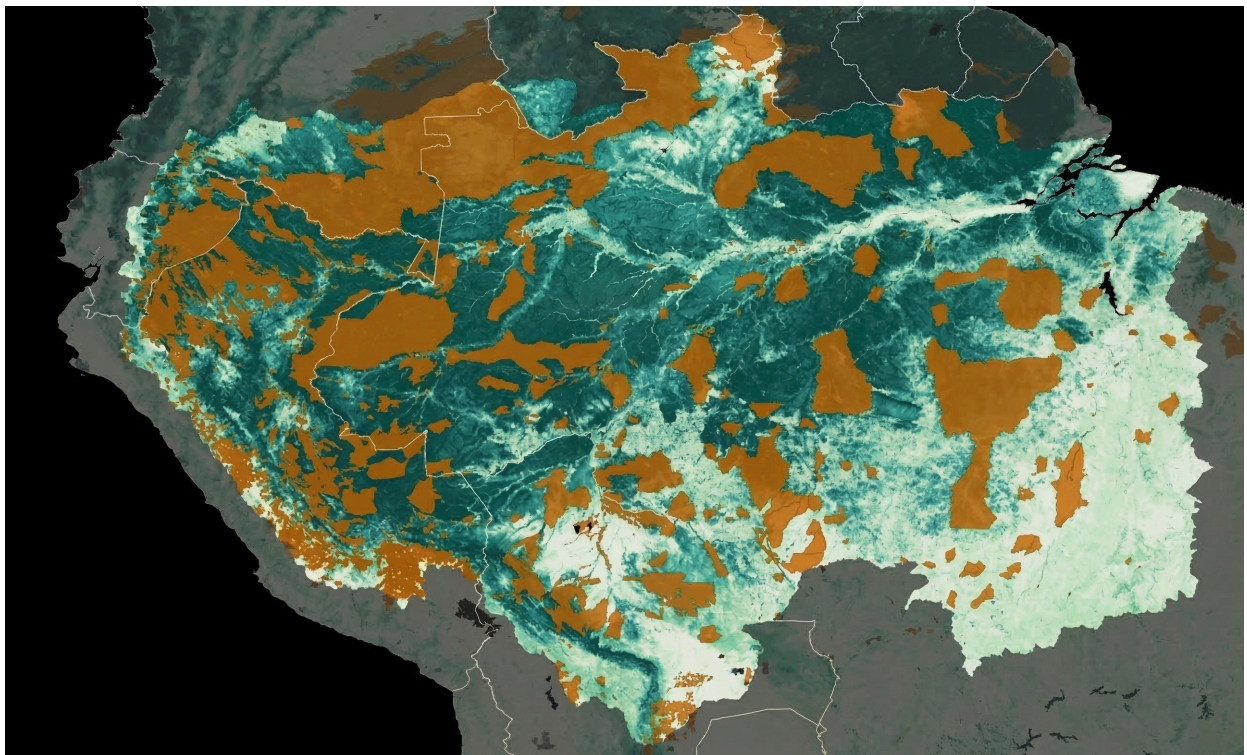
As evidências apontam que parte significativa da exuberante floresta amazônica pode ser resultado de cultivo generalizado por humanos (Iriarte, 2022; Neves, 2013). Segundo Clement *et al.* (2015)⁷, a região foi um importante centro de domesticação de culturas, com pelo menos 83 espécies nativas manejadas, incluindo aquelas importantes do ponto vista econômico e social atualmente, como cacau, castanha, seringa, mandioca, batata doce, abacaxi, cupuaçu, pimenta e inúmeras árvores frutíferas e palmeiras (açazeiro, bacabeira).

Além das evidências de cultivo de plantas, pesquisas apontam que um tipo especial de terra mais escura (preta ou marrom escura) foi criado pelos povos nativos que habitam a região (Schmidt, 2023). O desenvolvimento de "terra preta" - a partir da adição de carvão,

resíduos orgânicos e cerâmica - é uma evidência de como os antigos povos amazônicos aprimoraram a fertilidade do solo, permitindo o cultivo contínuo e sustentável. A datação mais antiga dessa prática é de 5000 mil anos (Schmidt, 2023).

Atualmente, a Amazônia é habitada por centenas de povos indígenas e milhares de comunidades tradicionais, que exercem um papel central na conservação deste exuberante bioma. A região é o lar de cerca de 1,7 milhão de indígenas, distribuídos em 385 grupos étnicos, residindo em cerca de 2,4 milhões de quilômetros quadrados (RAISG, 2021). Imagens de satélites mostram a presença de territórios administrados por indígenas na bacia do Rio Amazonas, que inclui partes da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana Francesa, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela (Figura 3).

Figura 3: Manchas marrons são territórios ocupados por povos indígenas na América do Sul.



Fonte: NASA.

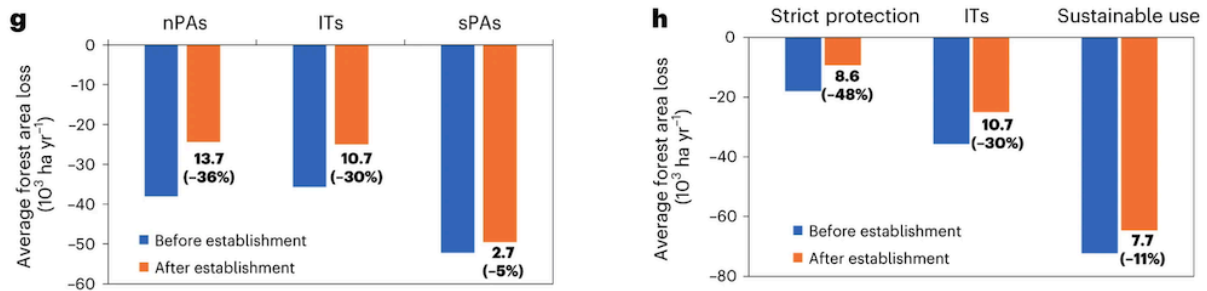
Vivem na Amazônia também milhares de comunidades tradicionais, como quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, pescadores artesanais, castanheiras, agricultores familiares, piaçabeiros e peconheiros. Assim como as indígenas, essas comunidades desempenham um papel fundamental na preservação de um saber tradicional secular e na manutenção da riqueza natural da região, que devem ser considerados na construção de políticas e estratégias sustentáveis de desenvolvimento.

Nesse sentido, a participação das comunidades indígenas e tradicionais nos processos de decisão e governança é fundamental. Estudos mostram que a demarcação de territórios indígenas e o reconhecimento de seus direitos reduzem significativamente os impactos das atividades econômicas sobre a floresta, com territórios indígenas demarcados apresentando taxas de desmatamento até cinco vezes menores do que as de áreas não protegidas (Fearnside *et al.*, 2023) (Figura 4).

Nesse cenário, a bioeconomia surge como uma alternativa promissora para uso sustentável da biodiversidade. A bioeconomia. Está propõe um modelo de desenvolvimento que alia geração de renda e conservação ambiental (Coslovsky, 2021). Exemplos incluem a exploração de produtos florestais não madeireiros, como açaí e castanha-do-pará, e o desenvolvimento de biotecnologias a partir de recursos amazônicos. No entanto, a implementação de uma bioeconomia robusta na região enfrenta desafios como a falta de investimentos em pesquisa e infraestrutura (CGEE, 2020, 2021).

Outra estratégia para um desenvolvimento mais sustentável é a transição para fontes de energia renováveis, como solar e eólica, que têm potencial para substituir gradualmente os combustíveis fósseis.

Figura 4: Efeitos dos territórios indígenas e áreas de proteção nacional nas taxas anuais de perda de área florestal na Amazônia brasileira (2001–2021).



Fonte: Fearnside *et al.*, (2023).

Embora a implantação dessas tecnologias ainda enfrente barreiras econômicas e técnicas na região, sua adoção representa um passo importante para conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental (Frumhof *et al.*, 2020). Também deve-se promover o fortalecimento das políticas de compensação ambiental e recuperação de áreas degradadas. Empresas devem ser obrigadas a investir em projetos de restauração florestal e conservação da biodiversidade como contrapartida pelas atividades realizadas. Contudo, a eficácia dessas iniciativas depende de mecanismos rigorosos de fiscalização e de envolvimento das comunidades locais, garantindo que os benefícios sejam distribuídos de forma justa (Fearnside, 2009).

O bioma amazônico presta serviços ecossistêmicos fundamentais, sendo um ambiente de relevância global. A região, por exemplo, exerce um papel fundamental no equilíbrio climático global, com a floresta participando da formação de “rios voadores”, que navegam em correntes de ar atmosférico, responsáveis por grande parte das chuvas do Sudeste e Sul do Brasil e outros países sul-americanos, onde concentra 70% do PIB (Wright *al et.*, 2017). Assim, a manutenção da floresta de pé e da biodiversidade exige políticas de

compensação efetivas que devem ter como beneficiários as populações locais.

Portanto, as comunidades locais são sujeitos-chaves na construção e no sustento de formas alternativas de desenvolvimento na Amazônia. Através de práticas como a agricultura familiar, a pesca artesanal e a conservação de espécies, eles contribuem para a saúde e resiliência da floresta, se traduzindo na criação de uma Amazônia viva e diversa, onde o saber tradicional e o equilíbrio ecológico caminham lado a lado, formando um patrimônio biocultural relevante para a região e o planeta.

3. METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa de natureza exploratória e documental. O foco é a análise das manifestações de atores políticos e atores sociais sobre a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Rio Amazonas. De um lado, aqueles que tomam ou influenciam decisões institucionais; do outro, aqueles que são diretamente afetados pelas políticas de exploração de recursos naturais. Cada categoria foi analisada para entender as posições acerca da noção de desenvolvimento, bem como dos impactos da exploração de petróleo na região.

A técnica de análise adotada foi a análise de conteúdo, que possibilita examinar as manifestações dos atores envolvidos de forma categórica, temática e sistemática. Essa técnica permite identificar e interpretar as concepções de desenvolvimento relacionadas às manifestações dos atores estudados, contribuindo para uma compreensão mais ampla e profunda das intenções dos atores atingidos pela exploração de petróleo na Amazônia.

Quadro 2: Categorias de Análise da Pesquisa.

Categoria	Representações	Fonte de Coleta de Dados	Acesso à Fonte de Dados
Atores Políticos	- Poder Executivo Estadual - Poder Legislativo Estadual - Poder Executivo Municipal	Manifestações em políticas institucionais, documentos oficiais, relatórios e declarações em audiências e eventos públicos sobre a exploração petrolífera na região	Portais públicos e jornais online. Links disponíveis nas referências desta pesquisa
Atores Sociais	- Indígenas - Pescadores - Moradores locais	Depoimentos em audiências públicas, declarações em assembleias, documentos de movimentos sociais, entrevistas, relatos em mídias locais e levantamentos socioeconômicos	Portais públicos, jornais e periódicos científicos online. Links disponíveis nas referências

Fonte: Elaborado pelos autores mediante as pesquisas bibliográficas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conhecimento da notícia do projeto de exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, no Amapá, tem suscitado manifestações de atores políticos e sociais locais sobre os possíveis impactos econômicos e socioambientais dessa atividade, sobretudo a partir da decisão do IBAMA em maio de 2023. Desde daí, instalou-se um intenso debate entre atores políticos e atores sociais no Amapá, em

que frequentemente se associa a questão da exploração petrolífera a noções como “desenvolvimento” e “impactos socioambientais”.

Manifestação de Atores Políticos

A pesquisa fez um levantamento de atores políticos que participam de governos locais a nível estadual e municipal que publicamente se manifestaram sobre o projeto de exploração petrolífera no Amapá. Dentre os agentes políticos locais que se manifestaram, estão senadores, governador, vice-governador, deputados federais e estaduais, representantes do Judiciário e do Ministério Público, prefeitos, vereadores. Dentre os instrumentos de manifestação, destacam-se os previstos na legislação nacional, como audiências e sessões públicas, como apresentados no quadro 3:

Quadro 3: Manifestações de Políticos sobre Exploração de Petróleo no Amapá.

Instrumentos	Localização	Participantes	Data
Audiência Pública “Petróleo e gás na costa do Amapá - Um debate sobre o futuro”	Oiapoque	Governador, deputados estaduais e federais, senadores, presidente do TJAP, vereadores e prefeito de Oiapoque	19/05/2023
Sessão especial do Plenário do Senado em homenagem aos 80 anos do Estado do Amapá	Brasília	Senador Randolfe Rodrigues, governador, deputados estaduais e federais, senadores e representante do TJAP	11/09/2023
Audiência na Comissão de	Brasília	Senador Lucas Barreto	12/09/2023

Fonte: elaborado pelos autores.

O quadro 4 sintetiza as perspectivas de alguns desses atores políticos sobre a exploração de petróleo no Amapá, destacando seus argumentos-chave, alinhamento com concepções de desenvolvimento, datas de manifestação e fontes de dados.

A análise das categorias e padrões presentes nas narrativas de atores políticos locais sobre a exploração de petróleo no Amapá revela um discurso que mescla argumentos alinhados com desenvolvimento econômico, social e sustentável. Os representantes políticos investigados defendem a exploração de petróleo como um caminho para o desenvolvimento econômico do Amapá, com governos locais vendo uma oportunidade de aumentar a arrecadação e gerar empregos.

Essa postura dos representantes políticos reflete a visão de desenvolvimento hegemônico, fundamentada em uma lógica de crescimento econômico e do PIB, como aponta Amaro (2017). Estima-se que o potencial petrolífero da Bacia da Foz do Amazonas pode chegar a 10 bilhões de barris de petróleo (ANP, 2023), representando um aumento de 75% nas reservas nacionais, com arrecadação de R\$ 621,25 bilhões em royalties, segundo o Anuário Estatístico Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2024).

Quadro 4: Perspectivas de Atores Políticos sobre a Exploração do Petróleo no Amapá.

Representação	Manifestação	Concepção de Desenvolvimento	Data da Manifestação	Fonte de Dados
Senador(A)	Defende que a exploração de petróleo na costa do Amapá é uma oportunidade para melhorar o desenvolvimento e a infraestrutura do estado	Modelo Hegemônico	12/06/2024	Senado Federal
Senador(B)	Defende a pesquisa e exploração de petróleo como oportunidade de desenvolvimento	Modelo Hegemônico	18/05/2023	CNN Brasil
Senador(C)	Acusa o IBAMA de prejudicar o povo brasileiro, sugerindo que a exploração é essencial para o desenvolvimento	Modelo Hegemônico	18/05/2023	CNN Brasil
Governador	Apoia a atuação da Petrobras e a exploração de petróleo	Modelo Hegemônico	12/07/2024	CNN Brasil
Prefeito	Afirma que a exploração do petróleo pode ser uma redenção econômica para o estado do Amapá	Modelo Hegemônico	18/12/2023	CNN Brasil

Deputado estadual(A)	Defende que os royalties do petróleo têm o poder de transformar vidas e criar um futuro mais próspero para o Amapá; Esse projeto é uma esperança de desenvolvimento para o Amapá	Modelo Hegemônico	18/10/2024	Diário do Amapá
Deputado estadual(B)	Alega que a ministra está mais alinhada com ONGs internacionais do que com o povo da Amazônia, defendendo a exploração como um direito local	Modelo Hegemônico	19/05/2023 19/05/2023	ALAP/YouTube
Deputado estadual(C)	Afirma que o desenvolvimento do Amapá deve ser uma prioridade	Modelo Hegemônico	19/05/2023	ALAP/YouTube
Deputado estadual(D)	Defende a exploração sustentável	Modelo Hegemônico	19/05/2023	ALAP/YouTube
Ex-vice governador	Defende a possibilidade do norte se desenvolver e de ser também estados com potencialidades de riqueza, de	Modelo Hegemônico	18/12/2023	CNN Brasil

	geração de emprego, de trabalho			
Desembargador	Apoia a geração de emprego e renda	Modelo Hegemônico	19/05/2023	ALAP/YouTube

Fonte: Elaborado pelos autores.

Um estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que a exploração de petróleo na Margem Equatorial tem o potencial de elevar o PIB do Amapá em R\$ 10,7 bilhões, representando um incremento de 61,2%. Além disso, prevê-se a geração de 53.916 empregos no estado. De forma geral, a CNI estima que a atividade poderá criar aproximadamente 300 mil vagas diretas e indiretas nos estados impactados pela exploração na Margem Equatorial (Paraguaçu, 2024).

Assim, os defensores do projeto petrolífero no Amapá acreditam que o estado poderá se beneficiar de uma injeção de recursos financeiros e infraestrutura, alavancando o crescimento local. Todavia, a defesa desse modelo de desenvolvimento baseia-se em uma narrativa que ignora os impactos econômicos, sociais e ambientais e se contradiz com as experiências históricas de outros grandes projetos econômicos desenvolvidos no Amapá e que não geraram desenvolvimento local efetivo, como o ICOMI.

Chagas e Filocreão (2019) inferem que a dependência econômica do Estado em relação à exportação de commodities tem implicações significativas para o desenvolvimento social e a qualidade de vida da população. Essa estrutura econômica, caracterizada pela concentração em produtos primários, limita a diversificação do setor

produtivo, resultando em um crescimento econômico insustentável e na incapacidade de atender adequadamente às necessidades das comunidades locais.

No que tange ao desenvolvimento social, alguns discursos, como o do governador, destacam a importância de considerar as necessidades das comunidades locais e a dignidade de seus habitantes. Essa abordagem busca um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos direitos e do bem-estar das populações afetadas. No entanto, essa visão deve ser considerada dentro do contexto macro onde a exploração econômica é priorizada em detrimento dos avanços sociais.

A noção de desenvolvimento sustentável, embora presente em alguns discursos, é eclipsada pela ênfase na exploração econômica. A tentativa de integrar a sustentabilidade em um projeto de exploração de petróleo é contraditório, pois, a indústria petrolífera gera enormes impactos econômicos, políticos, sociais e ambientais local e globalmente, como apontado por diversos estudos referenciados na fundamentação deste trabalho.

Portanto, as narrativas políticas sobre a exploração de petróleo no Amapá evidenciam um forte foco no desenvolvimento econômico, com uma ênfase menor nas preocupações sociais e ambientais. Essa ênfase indica uma desconexão com as realidades locais e as necessidades das comunidades, sugerindo a urgência de um diálogo mais inclusivo e crítico que considere a complexidade das interações entre desenvolvimento, sociedade e meio ambiente. A construção de um modelo de desenvolvimento que realmente beneficie a população local requer uma reavaliação das prioridades

políticas e um compromisso genuíno com a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Manifestação de Atores Sociais

Percepção de Pescadores

As manifestações dos pescadores se deram por ocasião de reunião da colônia em 22/04/2023, em Oiapoque. A associação reúne centenas de pescadores. A percepção geral é que o empreendimento pode impactar não apenas os ecossistemas naturais e o modo de vida tradicional, em caso de vazamento de óleo, mas também a economia local, que depende diretamente dos recursos naturais para sua subsistência.

De acordo com levantamentos realizados pela colônia de pesca junto à Secretaria de Pesca do município de Oiapoque, a atividade pesqueira movimenta 70% da economia local. Assim, as narrativas desses trabalhadores refletem uma profunda inquietação em relação aos impactos ambientais que essa atividade pode acarretar, pois, seus meios de vida são intrinsecamente ligados à saúde dos ecossistemas marinhos.

A possibilidade de derramamentos de óleo e a degradação dos habitats aquáticos são questões que permeiam suas discussões, evidenciando a fragilidade de um modo de vida que já enfrenta desafios significativos. Além das preocupações ambientais, os pescadores manifestam um forte descontentamento em relação à falta de inclusão e participação nas decisões que afetam suas vidas. As audiências públicas, que deveriam servir como um espaço de diálogo e escuta, são percebidas como palcos onde suas vozes são silenciadas.

Essa exclusão gera um sentimento de desamparo e impotência, uma vez que as decisões sobre a exploração de recursos naturais são tomadas sem a devida consideração das necessidades e preocupações da comunidade pesqueira. A ausência de um canal efetivo para a participação social reforça a percepção de que os interesses corporativos e políticos prevalecem sobre os direitos e a dignidade dos pescadores.

Quadro 5: Análise das Percepções dos Pescadores sobre a Exploração de Petróleo no Amapá.

Pescador	Manifestação
Pescador (A)	<p>“Se der algum derramamento de óleo, vai impossibilitar a vida de quem nasceu na pesca.”</p> <p>“Vários pescadores têm relatado o aparecimento de peixes que não são da área e mudanças no curso das águas.”</p> <p>“A cadeia produtiva gera trabalho: desde os ajudantes de pescadores até quem fileta o peixe para vender.”</p> <p>“Estou fazendo um levantamento entre os trabalhadores da colônia de pescadores sobre os impactos que já vêm ocorrendo.”</p> <p>“A situação de muitas famílias que vivem da pesca em Oiapoque piore caso haja algum derramamento de óleo.”</p>
Pescadora (B)	<p>“Mesmo a gente entendendo melhor e sendo contra, sempre vai acontecer. Porque o que vale hoje em dia é o capital.”</p>
Pescador (C)	<p>“Pescador não embarca, não vai se você não adiantar R\$.”</p>
Pescador (C)	<p>“A nossa função é chegar aqui, abastecer o gelo, o óleo diesel, pago a despesa...”</p>

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de WWF Brasil (2024) e Penha (2023).

A narrativa de que o “desenvolvimento chegou” revela uma crítica contundente à priorização dos interesses financeiros em detrimento das necessidades locais. Os pescadores sentem que a exploração de petróleo representa um conflito direto entre o desenvolvimento econômico e a proteção de seus modos de vida tradicionais. Essa tensão é exacerbada pela percepção de que as promessas de progresso econômico não se traduzem em benefícios tangíveis para a comunidade, mas sim em riscos que ameaçam sua cultura e sua subsistência (Gerhardt, 2014).

O que une esses diversos empreendimentos em um projeto de poder mais amplo é o alinhamento em torno de interesses econômicos, a reconfiguração das narrativas em torno dos impactos ambientais e sociais e a interdependência entre os agentes econômicos e as estruturas de poder que sustentam e promovem tais projetos. A análise crítica disso é fundamental para entender as tensões entre desenvolvimento e conservação ambiental em um contexto globalizado (Acsehrad, 2004).

Embora a questão do desenvolvimento sustentável não seja explicitamente abordada nas falas dos pescadores, ela emerge como uma preocupação implícita. A busca por um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental é uma aspiração compartilhada, refletindo o desejo de um futuro sustentável para suas comunidades. Os pescadores anseiam por alternativas que não apenas garantam a preservação dos recursos naturais, mas que promovam a justiça social e econômica.

Portanto, as percepções dos pescadores sobre a exploração de petróleo na foz do Amazonas revelam um complexo entrelaçamento de preocupações ambientais, sociais e econômicas. As narrativas

coletadas oferecem uma visão abrangente das inquietações e aspirações dessa comunidade, destacando a necessidade urgente de considerar suas vozes nas decisões políticas que impactam suas vidas. Essa análise não apenas ilumina os desafios enfrentados pelos pescadores, mas também serve como um chamado à ação para que as políticas de exploração de recursos naturais sejam reavaliadas à luz das realidades locais e das demandas por um desenvolvimento verdadeiramente sustentável.

Percepção de Povos Indígenas

Os registros indicam dois momentos coletivos em que os povos indígenas se manifestaram em relação à exploração do petróleo na costa do Amapá. Em maio de 2017, em Macapá, durante o seminário socioambiental “O Amapá que queremos ver”, organizado pelo Fórum de Acompanhamento dos Conflitos Agrários e do Desenvolvimento (FACADE) e o Greenpeace. E no dia 13 de fevereiro de 2023, em Oiapoque, durante reunião do Conselho de Cacique dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO), na aldeia Manga, na Terra Indígena Uaçá. Esta última reunião foi solicitada por ofício do CCPIO à Petrobras, sendo a primeira oportunidade de dialogarem com a petroleira.

A reunião do CCPIO foi o maior evento já realizado, estando presentes 36 cacicas e caciques dos povos Karipuna, Palikur-Arukwayene, Galibi Marworno e Galibi Kali’na, integrantes das aldeias, organizações indígenas, a secretária extraordinária de povos indígenas do Estado do Amapá, Simone Karipuna, representantes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), as organizações da sociedade civil Iepé (Instituto de

Pesquisa e Formação Indígena), WWF-Brasil e 13 representantes da Petrobras (APIB, 2023).

Todas as manifestações giram em torno dos impactos socioambientais decorrentes do empreendimento sobre os ecossistemas naturais e o modo de vida tradicional. Esses impactos já vem sendo sentidos ainda nessa fase de pesquisa, como descumprimento dos Protocolos Comunitários dos Povos Indígenas pelas empresas que vem se instalando na região; dificuldades em encontrar caça por conta da poluição sonora de voos e sobrevoos de aeronaves sobre a cidade e as terras indígenas; dificuldades em encontrar peixe devido à grande movimentação de embarcações na costa; e o deslocamento da lixeira pública para construção do aeroporto para próximo das aldeias e rios (APIB, 2023).

Figura 5: Reunião do CCPIO sobre a exploração do petróleo.



Fonte: APIB, 2023 (Reprodução/site).

Além desses problemas, os povos indígenas destacam a possibilidade do vazamento de óleo na costa, o que destruiria a principal fonte de alimentação da comunidade (pescado), e

prejudicaria seus plantios que necessitam da água do rio para irrigação. Como alertou Ramon Karipuna, representante dos Povos Indígenas do Oiapoque: “Se tiver um acidente [na atividade de exploração de petróleo], vamos perder nossos peixes, tracajás e pássaros. A gente se preocupa com essas aeronaves. Nós preservamos o nosso território.”

Até o momento, não estão claras as mudanças que tal empreendimento poderá trazer para a região. É o que questiona o Cacique Jacson. “Se a corrente marinha faz o que tá perto chegar a Oiapoque, quais serão os impactos ambientais aos mangues, matas ciliares? Queríamos ver isso em estudo, mostrando isso. É a nossa preocupação.” Já o Cacique Nazildo, levanta a amplitude dos impactos. “Vemos que os trabalhos já iniciaram. Se houver um acidente que chegue a uma terra indígena, vai afetar as três terras indígenas”.

Quadro 6: Análise das percepções indígenas.

Representação	Manifestação
Membros Indígenas	“Pedimos ao governo brasileiro o fim da exploração de petróleo na Amazônia.”
	“A abertura de uma nova frente de exploração petrolífera em meio à emergência climática é inaceitável.”
	“O protocolo de consulta dos povos do Oiapoque foi ignorado no processo de licenciamento ambiental.”
	“As mudanças climáticas estão desestruturando nossos sistemas alimentar e cultural.”

	“O aumento da população e a vinda de trabalhadores trazem discriminação e violência baseada em gênero.”
	“Antes mesmo de começar o empreendimento, a gente já está sofrendo alguns impactos que são preocupantes.”
	“A última reunião que tivemos com a Petrobras foi mais informativa, mas não entendemos direito.”
Organizações	“Nós, povos indígenas, não somos contra o empreendimento, mas queremos ser consultados.”
	“A última reunião que tivemos com a Petrobras foi mais informativa, mas não entendemos direito.”
	“É necessário garantir a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, conforme a OIT.”
Pesquisadores	“A exploração não deve beneficiar a todos.”

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das pesquisas bibliográficas.

Sobre o Protocolo de Consulta Prévia dos Povos Indígenas do Oiapoque, documento que informa ao governo e empresas como devem incluir os povos em decisões administrativas e legislativas que afetarão suas vidas e seus direitos, ao fim do encontro ficou acordado com o cacique Edmilson Oliveira, do povo Karipuna, que o CCPIO criará um grupo de trabalho com representantes indígenas, da Petrobras, para acompanhamento das atividades na Foz do Amazonas (APIB, 2023).

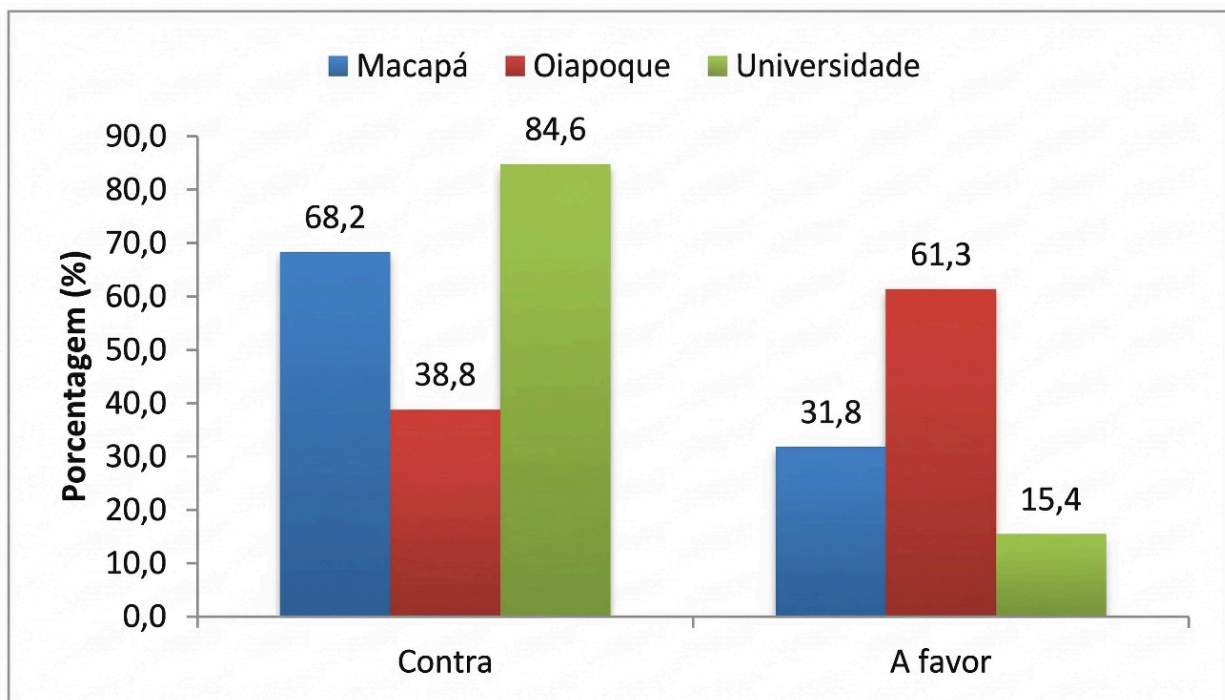
Percepção de Moradores Locais

A análise da percepção de moradores locais em relação à exploração de petróleo no Amapá baseou-se em pesquisa de Calado e Cardoso (2021), abordando a percepção da população de Macapá e Oiapoque.

Foram entrevistadas 255 pessoas, sendo 85 pessoas de Macapá, 79 do Oiapoque e 91 vinculadas à Universidade Estadual do Amapá (UEAP). A pesquisa revelou que 90% dos participantes do grupo Universidade estão cientes do interesse pela exploração de petróleo na foz do rio Amazonas. Em contrapartida, em Macapá e no Oiapoque, essa percepção reduz para 67,1% e 61,3%, respectivamente. A maioria dos entrevistados de Macapá (68,2%) e do grupo Universidade (84,6%) posiciona-se contra, enquanto no Oiapoque prevalece o apoio à atividade (61,3%) (Figura 6).

Em Oiapoque, a maioria dos entrevistados apoia a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, priorizando os benefícios econômicos, como desenvolvimento local e geração de empregos, mesmo cientes dos riscos ambientais, como o derramamento de óleo. Em contraste, os moradores de Macapá demonstram uma postura crítica, expressando oposição à atividade e reconhecendo os riscos que ela representa para os recifes da Amazônia. Os estudantes universitários, com maior nível de escolaridade, também se posicionam contra a exploração, mostrando um conhecimento maior sobre os impactos socioambientais.

Figura 6: Posicionamento dos entrevistados da exploração de petróleo na Foz do Amazonas.



Fonte: Calado e Cardoso (2021, p. 81).

As variações nas percepções destacam a influência da educação e da informação nas prioridades entre desenvolvimento econômico e conservação ambiental, ressaltando a necessidade de ações de capacitação e educação ambiental para promover uma opinião pública mais crítica sobre a exploração petrolífera na região.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de entender as percepções e o envolvimento dos atores locais na exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas, a pesquisa revelou que, embora prevaleça um discurso que vincula a exploração de petróleo ao desenvolvimento econômico e à redução da pobreza, as vozes das comunidades locais — incluindo indígenas, pescadores e outros grupos vulneráveis — são frequentemente marginalizadas nesse contexto.

As narrativas políticas observadas tendem a enfatizar os benefícios econômicos imediatos da exploração, enquanto as preocupações sociais e ambientais são relegadas a um segundo plano. Essa

dinâmica ressalta a necessidade urgente de um diálogo mais inclusivo, que leve em conta as realidades e necessidades das populações diretamente afetadas por esses projetos de grande impacto. A marginalização das experiências e demandas locais compromete não apenas a justiça social, mas também a sustentabilidade ambiental da região.

Nesse sentido, as contribuições deste estudo para a literatura inserem-se nas abordagens que consideram as percepções das vozes das comunidades onde grandes empreendimentos, como as petrolíferas, se recusam a atender questões básicas. A pesquisa oferece uma análise crítica das interações entre desenvolvimento econômico, social e ambiental na Amazônia, destacando a complexidade das relações de poder e a importância da participação local.

Contudo, é imprescindível reconhecer as limitações metodológicas da pesquisa. Por ser de caráter exploratório e qualitativo, o estudo pode não ter captado a totalidade das percepções e experiências dos diversos atores envolvidos. Além disso, a dependência de fontes documentais e discursos públicos pode limitar a profundidade da análise das vivências cotidianas das comunidades impactadas.

Em relação às perspectivas futuras, é importante que novas pesquisas enfoquem a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis para a região. Isso inclui a efetiva participação das comunidades locais na definição e implementação de políticas públicas e na governança ambiental dos territórios afetados por projetos de exploração econômica. Questões como a viabilidade de pequenos projetos sustentáveis em oposição a grandes empreendimentos devem ser investigadas, levando em

consideração a capacidade das comunidades de se organizar e formar alianças em prol de um modelo econômico e político alternativo.

A reflexão sobre a eficácia das lutas por justiça ambiental em frear o metabolismo insaciável do modelo econômico hegemônico é crucial. A formação de alianças robustas entre moradores das periferias, comunidades indígenas, quilombolas, mulheres, negros e negras, ribeirinhos e extrativistas pode ser um caminho promissor para a transformação social e ambiental. O novo estado nacional e as dinâmicas internacionais podem criar oportunidades para alternativas aos dilemas históricos e prementes enfrentados pela Amazônia.

Assim, torna-se imperativo que futuras investigações abordem essas questões, buscando promover um entendimento mais profundo das interações entre desenvolvimento, justiça social e ambiental na região. Este esforço não apenas contribuirá para uma análise mais rigorosa e abrangente, mas também para a formulação de decisões e políticas públicas que considerem as necessidades das comunidades locais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AGÊNCIA SENADO. **Petróleo no Amapá é questão técnica e não política, diz Marina Silva**. 2023a. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/12/prospeccao-de-petroleo-na-costa-do-amapa-e-questao-tecnica-e-nao-politica-diz-marina-silva>. Acesso em: 22 abril 2024.

AGÊNCIA SENADO. **Possível exploração petrolífera marca discursos em homenagem ao Amapá.** 2023b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/11/possivel-exploracao-petrolifera-marca-discursos-em-homenagem-ao-amapa>. Acesso em: 22 abril 2024.

ALAP. Audiência Pública: Petróleo e Gás na costa do Amapá - Um debate sobre o Futuro! Canal ALAP YouTube. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=duprCzqk-ik>. Acesso em: 22 abril 2024. (gravação da audiência pública).

ANP. Boletim de Recursos e Reservas de Petróleo e Gás Natural 2023. **ANP.** 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/dados-estatisticos/arquivos-reservas-nacionais-de-petroleo-e-gas-natural/boletim-anual-reservas-2023.pdf>. Acesso em: 30 nov 2024.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou pós-Desenvolvimento? Desenvolvimento e... Noflay!. **Cadernos de Estudos africanos**, nº 34, julho-dezembro, p. 75-1111, 2017.

AMANAJÁS, Viviane V. de V. Pesca e perfil socioeconômico dos pescadores artesanais da fronteira setentrional do Brasil: a comunidade pesqueira de Oiapoque, Amapá. **Confins**, nº 37, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/15619>. Acesso em 01 dez 2024.

ARAÚJO, J. et al. A Synoptic Assessment of the Amazon River-Ocean Continuum during Boreal Autumn: From Physics to Plankton Communities and Carbon Flux. **Frontiers in Microbiology**, v. 8, 2017. Disponível em:

<https://www.frontiersin.org/journals/microbiology/articles/10.3389/fmicb.2017.01358/full>. Acesso em: 14 nov 2024.

APIB. **Conselho de Caciques dos Povos do Oiapoque questiona Petrobrás sobre projeto exploração de petróleo nas proximidades de três terras indígenas (Uaçá, Galibi e Juminã)**. 2023. Disponível em: <https://apiboficial.org/2023/03/27/conselho-de-caciques-dos-povos-do-oiapoque-questiona-petrobras-sobre-projeto-exploracao-de-petroleo-na-terra-indigena-uaca/>. Acesso em: 24 abril 2024.

BARBOSA, Leandro. Petróleo na foz do Amazonas: expoentes da política do Amapá se unem para desinformar a população. **SUMAUMA**, 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/petroleo-na-foz-do-amazonas-politicos-do-amapa-ensinam-como-desinformar-a-populacao/>. Acesso em: 22 abril 2024.

BARBER, Harriet. I've seen the dark, fat grease stuck to the leaves': oil and gas encroach on Peru's uncontacted peoples. The Guardian. 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2024/oct/17/ive-seen-the-dark-fat-grease-stuck-to-the-leaves-oil-and-gas-encroach-on-perus-uncontacted-peoples>. Acesso em 04 dez 2024.

BBC. Lobby nos EUA movimentada US\$ 3,3 bilhões. **BBC News**. 2023. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130508_lobby_eu_pu. Acesso em: 09 nov 2024.

BBC. O petróleo está matando crianças na Nigéria? **BBC News**. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-42242698>. Acesso em: 09 nov 2024.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. Rio de Janeiro: Ática, 1991.

BRIEFING, Media. Investing in Climate Chaos 2024: Institutional Investors \$4.3 Trillion Deep Into the Fossil Fuel Industry. **Urgewald**. 2024. Disponível em: <https://www.urgewald.org/en/medien/investing-climate-chaos-2024-institutional-investors-43-trillion-deep-fossil-fuel-industry>. Acesso em: 09 nov 2024.

BOUÉ, Juan Carlos. **Venezuela**: The Political Economy of Oil. Oxford, Oxford University Press, 1993.

CALADO, Janaina Freitas; CARDOSO, Fabrício Leão. Recifes da Amazônia: percepção da população de Macapá e do Oiapoque - Amapá, Brasil. MARTINS, Fernanda Pereira (Org.). **Geociências**: estabelecimento e evolução da civilização humana 3. Ponta Grossa, Atena, 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique; MÜLLER, Geraldo. **Amazônia**: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

CGEE. **Oportunidades e Desafios da Bioeconomia**. Perspectivas da Bioeconomia Brasileira com Base em Inovações Tecnológicas e de Mercado. Brasília, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2020.

CGEE. **Oportunidades e Desafios da Bioeconomia**. Relatório ODBio Integrado. Brasília, DF: 2021.

CLEMENT, Charles R. et al. The domestication of Amazonia before European conquest. **Proceedings OF The Royal Societ B**. 2015.

Disponível em: <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>. Acesso em 15/11/2023.

CNI. Simulador de Impacto na Margem Equatorial. CNI, 2024. Disponível em: <https://www.portaldaindustria.com.br/canais/observatorio-nacional-da-industria/produtos/simulador-de-impacto-na-margem-equatorial/>. Acesso em: 30 nov 2024.

COSLOVSKY, S. (coord.). Oportunidades para Exportação de Produtos Compatíveis com a Floresta na Amazônia Brasileira. abr. 2021. Disponível em: <https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/04/AMZ2030-Oportunidades-para-Exportacao-de-Produtos-Compativeis-com-a-Floresta-na-Amazonia-Brasileira-1-2.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

DE MAHIQUES, M.M., et al. Insights on the evolution of the living Great Amazon Reef System, equatorial West Atlantic. **Scientific Reports**, v. 9, 13699, 2019.

DRUMMOND, José Augusto. Investimentos privados, impactos ambientais e qualidade de vida num empreendimento mineral amazônico: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 6 (Suplemento), setembro, 2000, p. 753-792.

EPE. Estimativa Volumétrica da Bacia da Foz do Amazonas - Play Limoeiro. **EPE**. 2024. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-846/AP-EPE-DPG-SPG_16-2024-Volumetria%20da%20FZA_publica.pdf. Acesso em: 30 nov 2024.

FALOLA, Toyin. The Political Economy of Oil. In: **Understanding Modern Nigeria: Ethnicity, Democracy, and Development**. Cambridge, Cambridge University Press, 2021, p. 285-313.

FARIAS, André Luis Assunção de; Marilene Costa Viegas do Monte. Faces dos grandes Projetos na Amazônia: a Ecologia Política desvela o véu da dominação. In: FARIAS, André Luis Assunção de (Org.). **Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos impactos e conflitos socioambientais**. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023. p. 12-23.

FEARNSIDE, Philip Martin; QIN, Yuanwei; XIAO, Xiangming; LIU, Fang; SILVA, Fabio de Sa e; SHIMABUKURO, Yosio; ARAI, Egidio. Forest conservation in Indigenous territories and protected areas in the Brazilian Amazon. **Nature Sustainability**, v. 6, 2023, p. 295–305. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41893-022-01018-z>. Acesso em: 09 nov 2024.

FEARNSIDE, Philip Martin. Oil and gas project threatens Brazil's last great block of Amazon forest. **Mongabay**. 2020. Disponível em: <https://news.mongabay.com/2020/03/oil-and-gas-project-threatens-brazils-last-great-block-of-amazon-forest-commentary/>. Acesso em: 04 dez 2024.

FEARNSIDE, Philip M. **A Floresta Amazônica nas Mudanças Globais**. 3. Manaus, Editora do INPA, 2009.

FRUMHOF, P. C.; HEEDE, R. et al. The rise in global atmospheric CO₂, surface temperature, and sea level from emissions traced to major carbon producers. **Climatic Change**, 144, 2017, p. 579–590.

FORBES. Valor de mercado da Petrobras tem novo recorde, de R\$ 569 bilhões. **FORBES**. 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2024/02/valor-de-mercado-da-petrobras-tem-novo-recorde-de-r-569-bilhoes/>. Acesso em: 30 out 2024.

GERHARDT, Cleyton. Grandes projetos de desenvolvimento e a produção estrutural da insustentável desigualdade ambiental: das macroéticas e suas justificações às “entidades-satélite”. **Ruris**. Campinas: v. 8, n. 2 set. 2014.

ICMBio. **Atlas dos Manguezais do Brasil**. Brasília: ICMBio, 2018.

INFLUENCEMAP. How the Oil Industry Has Sustained Market Dominance Through Policy Influence. **InfluenceMap**. 2024. Disponível em: <https://influencemap.org/briefing/Undermining-Progress-Investigating-the-Fossil-Fuel-Sector-s-Continual-Dominance-26562>. Acesso em: 09 nov. 2024.

IRIARTE, José. et al. Lidar reveals pre-Hispanic low-density urbanism in the Bolivian Amazon. **Nature**, 606, 2022, p. 325–328. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-022-04780-4#citeas>. Acesso em: 09 nov 2024.

IPCC. Relatório de Síntese AR6: Mudanças Climáticas 2023. **IPCC**. 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

JOHNSTON, Jill E.; ENEBISH, Temuulen; ECKEL, Sandrah P.; NAVARRO, Sandy; SHAMASUNDER, Bhavna. Respiratory Health, Pulmonary Function and Local Engagement in Urban Communities Near Oil Development. **Environ Res**. Jun,19, 1110882021, 2021.

Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC8579779/>.
Acesso em: 09 nov 2024.

KAKANOV, Evgeny; BLÖCHLIGER, Hansjörg; DEMMOU, Lilas. Resource curse in oil exporting countries. **OECD Publishing**, n°. 1511, 2018. Disponível em: <https://www.oecd-ilibrary.org/docserver/a5012a3d-en.pdf?expires=1731349251&id=id&accname=ocid54025470&checksum=2FA6BBADED84514B1B4857935568125F>. Acesso em: 30 out 2024.

KILLEEN, Timothy J. Oleodutos amazônicos: os derrames de petróleo que afetaram Colômbia, Peru e Equador. **Mongabau**. 2024. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2024/04/oleodutos-amazonicos-os-derrames-de-petroleo-que-afetaram-colombia-peru-e-equador/>. Acesso em: 15 out 2024.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**. V. 6, n. 2, p. 113 -168, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.

NKEM, Augusta C.; Stephanie M. Topp; Sue Devine; LI, Wendy Wen; OGAJI, Daprim Samuel. O impacto da exclusão social relacionada com a indústria petrolífera no bem-estar e na saúde das

comunidades em países africanos. **Front. Public Health**, vol., 10, 2022. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/public-health/articles/10.3389/fpubh.2022.858512/full>. Acesso em: 09 nov 2024.

NEVES, Eduardo Goes. **Sob os Tempos do Equinócio**: oito mil anos de História na Amazônia Central (6.500 AC - 1.500 DC). 2013. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 19 nov. 2023.

PENHA, Rayane. Exploração de petróleo assombra pescadores da foz do Amazonas. **Agência Pública**. 2023. Disponível em: <https://apublica.org/2023/06/exploracao-de-petroleo-assombra-pescadores-da-foz-do-amazonas/#>. Acesso em: 15 nov 2024.

RAISG. Amazon 2021: Protected Areas and Indigenous Territories. **RAISG**. 2021. Disponível em: <https://www.raisg.org/es/publicacion/amazonia-2021-areas-protegidas-y-territorios-indigenas/>. Acesso em: 30 out 2024.

SCHMIDT, Morgan J. et al. Intentional creation of carbon-rich dark earth soils in the Amazon. **Science Advances**. v. 9, nº 38, setembro, 2023. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/sciadv.adh8499>. Acesso em: 10/07/2024.

SIEGLE, Eduardo et al.. Perspectives on the Great Amazon Reef: Extension, Biodiversity, and Threats. **Frontiers in Marine Science**, Vol. 5, 2018. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/marine-science/articles/10.3389/fmars.2018.00142/full>. Acesso em: 14 nov 2024.

SUPRAN, G.; RAHMSTORF, S.; ORESKES, N. Assessing ExxonMobil's global warming projections. **Science**. 379, 153, 2023. Disponível em: <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abk0063>. Acesso em: 15 out 2024.

SUPRAN, G.; ORESKES, N. Assessing ExxonMobil's climate change communications (1977–2014). **Environ. Res. Lett.** 15, 2020. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aa815f/pdf>. Acesso em: 15 out 2024.

SZE, Jocelyne S. et al. Reduced deforestation and degradation in Indigenous Lands pan-tropically, **Nature Sustainability**, vol. 5 (2), 2022, p. 123-130.

TER STEEGE, H. et. al. Hyperdominance in the Amazonian Tree Flora. **Science**, v. 342, 1243092, 2013. Disponível em: [10.1126/science.1243092](https://doi.org/10.1126/science.1243092). Acesso em: 15/11/2023.

PARAGUASSU, Mara. Amazônia: CNI projeta 326 mil novos empregos com exploração de petróleo na Margem Equatorial. PIB do Amapá, um dos Estados que fazem parte da Margem Equatorial, seria ampliado em 62%. MARA PARAGUAÇU, 23 mar. 2024. Disponível em: <https://maraparuassu.com.br/cni-projeta-326-mil-novos-empregos-com-exploracao-de-petroleo-na-margem-equatorial/>. Acesso em: 21 out. 2024.

PETROBRÁS. Descubra tecnologias que tornam a Petrobras mais sustentável. **PETROBRÁS**. 2024. Disponível em: <https://nossaenergia.petrobras.com.br/w/inovacao/tecnologias-sustentaveis>. Acesso em: 09 nov 2024.

WRIGHT, Jonathon S. al et. Rainforest-initiated wet season onset over the southern Amazon. **PNAS**. Vol. 114, n. 32, 2017, p. 8481–8486.

¹ Doutor em História e Teoria da Arquitetura pelo Instituto Superior de Artes de Havana. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará. Professor do curso de graduação Arquitetura e Urbanismo e do curso de pós-graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Licenciatura e Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestrando em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável pela Universidade Federal do Amapá. Graduado em Tecnologia em Secretariado pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)